

RECURSO ESPECIAL Nº 1.477.396 - PI (2014/0194819-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : AYRANA SOARES AIRES
ADVOGADO : PAULO HENRIQUE COSTA DE AQUINO - PI008301
RECORRIDO : TRILHA VEÍCULOS LTDA
ADVOGADO : JOSÉ COELHO - PI000747

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, interposto contra acórdão proferido pelo TJPI assim ementado (e-STJ fl. 224):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. VÍCIO REDIBITÓRIO. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NECESSIDADE DE DENÚNCIAÇÃO À LIDE. REFORMA DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM. 1. A empresa recorrente, em preliminar, sustentou que ocorreu cerceamento do direito de defesa, por não ter o magistrado singular realizado a denúncia da lide, de maneira a integrar a empresa fabricante no polo passivo da demanda, tendo em vista a arguição de responsabilidade solidária existente entre esta e a recorrente. 2. Não obstante a facultatividade da solidariedade nas ações envolvendo relação de consumo, o indeferimento do pedido de denúncia à lide configura cerceamento de defesa. 3. Configurado o cerceamento de , defesa, em vista o julgamento antecipado da lide, impõe-se a reforma da decisão para o processo retorne o curso normal com a devida instrução. 4. Recurso conhecido e provido por maioria devotos.

Os embargos de declaração foram acolhidos, com efeitos infringentes, nos termos da ementa a seguir (e-STJ fls. 279/280):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO CÍVEL. EFEITO MODIFICATIVO. CERCEAMENTO DE DEFESA.- INOCORRÊNCIA. OMISSÃO CONFIGURADA. EMBARGOS PROVIDOS. 1. A Embargante alega que o voto condutor do acórdão deu pelo conhecimento do recurso para, acatando a preliminar de cerceamento de defesa, anular a sentença recorrida com o retorno dos autos à origem, para que se realize a instrução, processual. Com isso, afirma que não houve manifestação no acórdão em relação ao que dispõe o parágrafo 2º do art.249, do CPC. Sustenta que a superação da nulidade da sentença é medida de economia processual. Afirma, dessa, forma, ser inequívoca a existência da omissão e requer seja suprido o vício, atribuindo-se efeito modificativo para, afastando a pronúncia de nulidade da decisão, julgar improcedente a ação com a condenação. da embargada nos ônus sucumbenciais. Por outro lado, a Embargada, também, interpôs embargos alegando que a decisão recorrida conheceu do recurso de apelação e acatou a preliminar suscitada, fundamentando basicamente no fato de ter havido cerceamento de defesa em relação à Empresa Riviera Veículos Ltda., em virtude do indeferimento do Pedido de denúncia à lide apresentado no juízo a quo. No entanto a denúncia à lide por se tratar de ação secundária regressiva, em razão do indeferimento do pedido não houve o cerceamento do direito de defesa, porquanto todos os atos pertinentes à sua tutela foram praticados durante a instrução processual. Com isto, alega que houve contradição no julgado. A declaração de nulidade da sentença, nos termos do acórdão ora impugnado, deu-se com base na violação aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. No entanto, avaliando as razões expostas nos embargos de declaração interpostos pela autora, durante a instrução processual foi ofertada às partes todos os meios admitidos em direito, oportunizando a produção das provas conforme se evidenciam dos fólios

processuais. Lado outro, o indeferimento da denunciação não cerceia o direito regressivo, que poderá ser exercido através do meio próprio. Ressalte-se que no presente caso se perfaz uma relação de consumo, situação que configura expressa vedação à denunciação da lide nos feitos em que se discute relação de consumo ex vi do art. 88 do. CDC, cujo óbice não se restringe somente, às hipóteses do art. 13, Parágrafo único, do mesmo diploma, alcançando toda e qualquer hipótese de responsabilidade do fornecedor. Assim, considerando que o reconhecimento da nulidade da sentença, no voto vencedor, teve como base o acolhimento da preliminar de cerceamento de defesa e evidenciada a omissão apontada pela Empresa embargante porquanto a declaração de nulidade não se aproveita se a decisão de mérito tiver de ser favorável àquele a quem aproveitaria a declaração de nulidade, procedem os embargos de declaração. Embargos de declaração apresentados pelas partes conhecidos e providos para dar pela improcedência da ação originária de cobrança, devendo a autora/embargada arcar com as custas processuais e honorários advocatícios à base de 10% (dez por cento) sobre o valor da, causa. Decisão por votação unânime.

Em suas razões (e-STJ fls. 289/297), a recorrente alega ofensa aos arts. 18, § 1º, do CDC e 264 do CC/2002. Sustenta, em síntese, haver solidariedade passiva entre os fornecedores, sendo todos os partícipes do ciclo de produção responsáveis diretos pelo vício do produto.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 304/308).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no CPC/1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

No que se refere à alegada ofensa aos arts. 18, § 1º, do CDC e 264 do CC/2002, observa-se que os temas tratados nos dispositivos legais tidos por violados não foram enfrentados pelo Tribunal de origem.

A simples indicação dos normativos considerados ofendidos, sem que o tema tenha sido enfrentado pela decisão recorrida, impede o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento. A insurgência encontra óbice na Súmula n. 211/STJ.

Diante do exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator